

Senhor Professor Doutor Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, condeado ao General Benouville, director da revista «Jours de France», para uma entrevista que foi publicada sob o título «Encontro com Salazar — Le sage de L'Occident».

O General Benouville começou por perguntar ao Chefe do Estado Português: — Portugal reconsege a admitir o principio de autodeterminação nos seus territorios ultramarinos? Qual é hoje a politica nacional a esse respeito e de que modo concebe V. Ex. a evolução da mesma?

ENCONTRO COM SALAZAR

— “Le Sage de L’Occident”

UMA ENTREVISTA DO DIRECTOR DA REVISTA «JOURS DE FRANCE», GENERAL BENOUVILLE, COM O PRESIDENTE DO CONSELHO PORTUGUÊS.

— Qual poderá ser — indagou a seguir o director de «Jours de France» — a evolução dos Estados africanos nascidos da colonização e que influencia poderá semelhante evolução ter nas relações daqueles com Portugal?

EM AFRICA CERTO NÚMERO DE PAISES COMEÇA A TER A NOÇÃO DUMA INTERDEPENDENCIA E NECESSIDADE DE COOPERAÇÃO INCOMPATIVELIS COM A EXTENSÃO DO ESPÍRITO REVOLUCIONARIO E ANTIEUROPEO

— Qual poderá ser — indagou a seguir o director de «Jours de France» — a evolução dos Estados africanos nascidos da colonização e que influencia poderá semelhante evolução ter nas relações daqueles com Portugal?

○ Senhor Professor Doutor Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, concedeu ao General Benouville, director da revista «*Jours de France*», uma entrevista que foi publicada sob o título «*Encontro com Salazar — Le sage de L'Occident*».

O General Benouville começou por perguntar ao Chefe do Governo Português:

— Portugal recusou-se a admitir o princípio de autodeterminação nos seus territórios ultramarinos. Qual é hoje a posição nacional a esse respeito, e de que modo concebe V. Ex.^a a evolução da mesma?

O Prof. Oliveira Salazar respondeu:

«Nós só poderíamos aceitar a autodeterminação nos territórios ultramarinos, e no significado que se lhe dá correntemente, se estes territórios tivessem de escolher o seu destino de Nação ou a sua forma de Estado. Mas o que acontece é que, de acordo com a integração de há séculos seguida pela política portuguesa em relação ao Ultramar, esses territórios formam já no seu conjunto uma Nação e um Estado soberano. Admitir em cada momento político que uma fracção de território tem o direito de se autodeterminar no sentido acima é criar um factor de instabilidade e de dissociação nacional. Se o problema pode ter sentido quanto a territórios dependentes ou colónias que se deseja ascendam à independência e definam as relações com o Estado que exercia sobre eles direitos de soberania, não o tem no caso português.

«No caso português, a única coisa que importa é saber se aos cidadãos dos territórios, as leis conferem os mesmos direitos políticos ou sejam aqueles através dos quais o indivíduo influencia a constituição dos órgãos do Estado. Se esses direitos são iguais em todos os territórios, nós não temos cidadãos e súbditos mas só cidadãos, ainda que estes só intervenham em tais ou tais actos conforme a sua capacidade. Mas isto é uma questão de direito eleitoral e não uma questão política. Os fautores da revolução africana pretendem iludir a questão com a exigência primária de um voto a cada homem. Ninguém com a noção da responsabilidade aceitará a tese que só é defendida para chegar a certos resultados e não pela sua verdade ou justiça.

«Realizou-se recentemente a eleição do Chefe do Estado que é feita por um corpo restrito de eleitores. Mas, mesmo restrito, esse corpo eleitoral é recrutado nas províncias ultramarinas, como é aqui na parcela europeia de Portugal. Quer-se forma de autodeterminação mais autêntica do que esta, dentro daqueles limites em que pode dizer-se que um povo se autodetermina pelo jogo das suas próprias instituições?»

EM ÁFRICA, CERTO NÚMERO DE PAÍSES COMEÇA A TER A NOÇÃO DUMA INTERDEPENDÊNCIA E NECESSIDADE DE COOPERAÇÃO INCOMPATÍVEIS COM A EXTENSÃO DO ESPÍRITO REVOLUCIONÁRIO E ANTIEUROPEU

— Qual poderá ser — indagou a seguir o director de «*Jours de France*» — a evolução dos Estados africanos nascidos da colonização, e que influência poderá semelhante evolução ter nas relações daqueles com Portugal?

«Em África — respondeu Salazar — que é onde o problema pode ver-se com maior precisão, os Estados que chamaremos revolucionários continuarão a sua acção política contra Portugal, na O. N. U., nos organismos subsidiários desta, na Organização da Unidade Africana. É uma ofensiva verbal e de discriminação, sem grandes consequências, porque estes países estão longe de poder constituir exércitos para iniciativas belicistas no continente africano. E cada vez se encontram mais longe disso, à medida que na mesma África certo número de países se afastam dessas atitudes demagógicas para procurarem o que mais interesse à sua vida de povos recém-independentes. Estes começam a ter a noção duma interdependência e necessidade de cooperação incompatíveis com a extensão do espírito revolucionário e antieuropeu. Como a nossa atitude é de manter as mais amigáveis relações com todos os Estados tanto na Europa como em África, esses Estados sabem que têm em nós o apoio e ajuda possíveis, e a colaboração que as nossas posições podem prestar à sua economia. É natural que, embora rendendo de vez em quando culto à «fraternidade» africana e à luta contra o «colonialismo» português (que sabem não existir) é natural, dizia, que se mantenham e estreitem as relações existentes e outras venham a estabelecer-se para proveito comum. A evolução dos países de África não pode prescindir da colaboração ocidental. Porque meter-se nas lutas competitivas de que já são objecto, para se voltarem contra Portugal, que nem os hostiliza nem os explora mas só pretende conviver pacificamente com eles?»

O RECRUDESCIMENTO DA ACTIVIDADE OPOSICIONISTA, QUE SE NOTA SOBRETUDO ATRAVÉS DA DIVULGAÇÃO DE MANIFESTOS, MORA LÁ FORA E É IMPORTADO AQUI COMO QUALQUER OUTRA MERCADORIA

— Esporadicamente a grande Imprensa anuncia em todos os países do Ocidente que se verifica em Portugal um recrudescimento da oposição interna. Manifestações, nalguns casos violentas ainda que puramente locais, teriam rebentado num ou noutro ponto do território nacional. Quem as suscita?

«Não são do meu conhecimento manifestações violentas em qualquer ponto do País; se as houvesse, sabê-lo-ia» — respondeu o Chefe do Governo Português, que acrescentou:

«Os grandes meios de informação estão ligados hoje a poderosas agências e estas a certos interesses e ideologias; e estes interesses e ideologias têm redobrado ultimamente a sua actividade contra Portugal e a política portuguesa, e penso que têm boas razões para isso. O recrudescimento da actividade oposicionista, que se nota sobretudo através da divulgação de manifestos, mora lá fora e é importado aqui como qualquer outra mercadoria. Tudo atravessa as fronteiras, a rádio mais facilmente que tudo o mais e certos sectores são permeáveis a essa propaganda.

«As origens são pois de duas ordens: os interesses que querem realizar-se em África, as ideologias comunista e progressista que desejariam implantar-se aqui. Se temos bem entendido que há povos em África de tendências revolucionárias bem vincadas, e em muitos casos

jogo de forças exteriores, é-nos fácil admitir que uma viragem na política ultramarina portuguesa a favor daqueles, dada a impossibilidade de vencer a nossa resistência nas províncias do Ultramar, pode afigurar-se a muitos mais fácil aqui do que lá. Não se trata de nada genuíno ou no fundo nacional — discordâncias de ideias ou métodos de governo ainda que as possa haver, ambições legítimas, necessidades vitais de portugueses, questões prementes a que não sejamos capazes de dar solução. Não. Trata-se de grandes interesses e os interesses económicos, políticos, estratégicos, estão em África mas têm de dar combate aqui.

«Quanto às ideologias de que certas oposições se revestem, só ingénuos pensam que a evolução comunista nos países de origem teria como consequência um abrandamento de virulência no exterior. Não é esse o caso. O comunismo utiliza ainda a sua força expansionista, independentemente do que possa realizar quanto a estruturas económicas ou sociais, pois que o aparecimento de novos países de ideologia comunista leva consigo a possibilidade de uma influência política da Central do comunismo. Se fosse possível ao comunismo internacional instalar-se na Península Ibérica (e tentou fazê-lo em Espanha de 1936 a 1939) a Europa cristã desapareceria pela simples razão de que era indefensável».

O PROGRESSISMO CATÓLICO PARECE TRABALHAR PAREDES MEIAS COM O COMUNISMO

E o Prof. Salazar prosseguiu:

«Quanto ao progressismo católico, diremos que parece trabalhar hoje paredes meias com o comunismo na vaga esperança de este o ajudar a fazer a revolução de que o primeiro colheria os frutos, pe' ascendente que ainda mantém nas sociedades ocidentais. A ingenuidade dos homens parece não ter limites e a experiência alheia não vale nada na vida, porque cada um quer fazer a sua própria experiência. Mesmo que os governos se desinteressem do assunto, lembro que já vi condenar solenemente o «modernismo» e daqui a alguns anos, quando suficientemente alastrados os novos erros, nenhuma razão há para não acontecer o mesmo ao «progressismo». *Caveant Consules.*»

O director de «Jour de France» quis depois ouvir a opinião do presidente do Conselho acerca do sistema corporativo português e registou as seguintes afirmações:

«O sistema corporativo português não passa, devido à sua pouca idade, de uma experiência: seria difícil dizer que se encontrou através dele a solução do problema económico-social. O que vimos antes de nós é que o puro liberalismo se traduziu na luta entre o capital e o trabalho. O que vemos diante de nós é que o comunismo absorveu o capital e deixou o trabalhador diante de uma força com que não pode medir-se e é muito mais dominadora que o antigo capitalismo. O corporativismo pretende respeitar tanto o capital como o trabalho e põe-os no plano da colaboração que é o plano da realidade. O espírito que se desentranha da organização corporativa não é o da luta de classes, como no liberalismo; não é o do despotismo estatal, como no

comunismo, mas o do respeito mútuo, o da cooperação amigável com salvaguarda dos interesses recíprocos e o do compromisso na realidade dos fins da produção dos bens ou dos serviços.

«Não está por ora demonstrado que a organização possa manter-se sem deslize, na ausência da autoridade do Estado. Este tem de intervir, se necessário, em nome do interesse geral, quando os interesses em presença não podem por si próprios conciliar-se. Basta porém a atmosfera de paz e de bom entendimento que reina na economia e na vida social, para se poder afirmar que o regime corporativo satisfaz melhor do que qualquer outro. Este espírito enfurece o comunismo, que não pode prescindir do ódio e dos choques de interesses para progredir e implantar-se na sociedade contemporânea. Nós temos aí um motivo mais a explicar as tentativas do recrudescimento das oposições em que aquele predomina».

A UNIDADE DOS CATÓLICOS NO MUNDO NÃO ESTÁ NA FEDERAÇÃO DE ORGANISMOS OU PARTIDOS NACIONAIS, MAS NA EXISTÊNCIA DA PRÓPRIA IGREJA A QUE PERTENCEM

O último ponto abordado pelo General Benouville versou a participação dos católicos na vida política.

— Afigura-se normal a V. Ex.^a — perguntou — que os católicos se organizem politicamente mediante qualquer designação específica, e que seja possível formarem assim um vasto partido internacional a superar as fronteiras?

A resposta do Prof. Oliveira Salazar foi negativa:

«Não; não me parece normal, nem correcto, nem vantajoso A unidade dos católicos no Mundo não está na Federação de organismos ou partidos nacionais, mas na existência da própria Igreja a que pertencem.

«É através dela que o católico está em toda a parte e é em espírito igual a todos os outros.

«Esquecendo a sua própria catolicidade, há sem dúvida membros da Igreja tentados pelo universalismo da nossa época. Essa tentação os leva a formar organizações religiosas que se entrelaçam com organizações semelhantes de outros países para reforçar o seu viço e estender a sua influência. Por mais que se queira focar o carácter religioso destes organismos, eles difficilmente escondem certo carácter ou intenção política no que a Igreja não tem interesse em comprometer-se. Se através de séculos de desentendimento e lutas chegámos felizmente a uma compreensão dos limites respectivos de actuação da Igreja e do Estado, e sobre essa compreensão se estabeleceram regimes de concórdia e pacífica liberdade, haverá quem cuide ser aconselhável regressar por outros caminhos a essas situações?»

E o Chefe do Governo português concluiu, acentuando:

«O problema é aqui tratado no domínio da pura abstracção, visto que o regime português não aceita a formação de partidos, mesmo de partidos políticos. De modo que a questão não se põe para nós.»

A NOTA INTRODUTÓRIA DE «JOURS DE FRANCE» A ENTREVISTA COM SALAZAR

«Jours de France» — que é uma das mais importantes revistas da França, com uma tiragem de cerca de 600 mil exemplares — antecede esta entrevista com uma extensa nota introdutória, em que o General Benouville, antes de relatar o seu encontro com o Presidente do Conselho de Portugal, comenta esta recente interrogação de Jules Romains: «Terá vontade o Ocidente de ver firmar-se no extremo sudoeste da Europa um novo Fidel de Castro, através de uma desusada exploração da ideologia democrática?»

«Com efeito — assinala o director da revista — uma parte da Imprensa mundial, apoiada muitas vezes por organismos internacionais e, nas actuações destes, pela espantosa colaboração de países aliás empenhados na luta pela civilização, está a mover uma campanha contra Portugal.

NUNCA SE DÃO PORMENORES DA AGRESSÃO DE QUE ANGOLA FOI VÍTIMA

«Seria esse país, que, no decurso de séculos, descobriu a Índia, evangelizou o Oriente, colonizou a África e gerou o Brasil — prossegue — país civilizado por excelência, ligado à França por tantos elos da história, da cultura e do sentimento, o local de uma ditadura a conduzir a chicote não só a população aterrorizada mas ainda os seus territórios africanos. E como os «ventos da mudança», na expressão de quantos se dispõem mais a aceitar que a sobrepujar os acontecimentos, sopram menos no sentido do esforço que no da renúncia — mas haverá sítio onde possa a humanidade realizar-se sem esforço? — Parece intentar-se antes do mais que Portugal consinta no abandono do Ultramar. Assim, uma vasta campanha prossegue. Apresenta-se como um herói o cabecilha rebelde angolano Roberto que, refugiado em Léopoldville, dali há pouco foi expulso por «delapidação de fundos». Nunca se dão pormenores sobre a agressão de que Angola, precisamente, foi objecto em 1961, agressão essa que veio causar mil vítimas entre os brancos, seiscentos entre os mestiços e doze mil entre os pretos. Dissimula-se o completo restabelecimento da ordem naquelas paragens — disse-me mesmo o Embaixador da França em Lisboa, que regressou muito impressionado de uma viagem pela África Portuguesa. Acaba, por seu turno a Radiotelevisão francesa de exhibir, num objectivo documentário, aquela indiscutível vitória».

SE O SECRETÁRIO-GERAL DA O. N. U. ACEITASSE O CONVITE PARA VISITAR ANGOLA...

O General Benouville lembra, depois, que, se o Secretário-Geral da O. N. U. tivesse aceiteado o convite para visitar Angola, teria verificado que ali se voltou, por toda a parte, pacificamente, ao trabalho. E acrescenta:

«Consideremos o exemplo de Angola. Fixaram-se ali os portugueses desde o século XVI — e os angolanos pretos, integrados na mesma nacionalidade, tornaram-se, por direito próprio, cidadãos

portugueses. É uma província aquele território, e não pertença de «colonialistas». Deste modo se venceu. Ninguém que esteve em Angola o contestará, se for interrogado pelo leitor».

E passa, depois, a descrever a forma como foi recebido na residência do Professor Oliveira Salazar:

«Caminho paralelamente a um longo muro branco a que belas árvores estão sobranceiras, agitadas incessantemente pela brisa atlântica. Três ou quatro agentes de polícia rondam de longe em longe. Pintada de verde, eis a porta principal da despreziosa mas condigna moradia onde me vai receber o Presidente do Conselho. Estão de serviço junto do portal três agentes de segurança pública, um dos quais o abre mediante simples comunicação do meu nome. Fecha-se de novo a portada enquanto me dirijo para a moradia. Circundam-na inteiramente grandes árvores, elevados maciços de hortênsias que lembram os da Bretanha. Recebe-me no patamar uma criada de fora e conduz-me, pela esquerda do vestíbulo, para um salão de alongadas sombras. Decora a parede do fundo uma tapeçaria francesa de claros tons. Os móveis são confortáveis, forrados de damasco vermelho, e não quadrariam mal na residência de um príncipe da Igreja. Reina o silêncio. Mas entra o Dr. Salazar e eis-me perante o egrégio homem de Estado que é timoneiro dos portugueses desde 1928. O vulto é o de um aristocrata que se consagrou ao estudo, à reflexão, à meditação. Dirige uma das nações mais antigas da Europa. Sabe esta nação quanto se joga no actual combate. Se ela se deixasse espoliar das criações originais e exemplares fora do território europeu, haveria de perder tanto uma essencial parte de si mesma como a sua categoria de Estado com influência mundial. Por conseguinte, a resolução que Portugal tomou de resistir até vencer está na razão directa da sua boa consciência».

ADVÉM DAÍ PARA ESSE HOMEM DEDICADO AO BEM COMUM O SENTIDO RECONHECIMENTO DA NAÇÃO

A terminar as suas impressões da entrevista com o Prof. Oliveira Salazar, o director do «Jours de France» escreve:

«Vi há três anos, na magnífica Praça do Comércio a dar para o «mar de palha» formado pelo Tejo — a qual dizia Valery-Larbaud ser a mais bela do mundo — o grandioso ajuntamento da mole de operários, rurais, citadinos, estudantes, ali congregados a proclamar ser Angola, para sempre, Portugal.

«Um país hóstil ao seu Chefe? Acaso intimidará a criadita do Presidente do Conselho os seus inimigos? Ou não será antes de reconhecer que a Nação Portuguesa compartilha os juízos do seu Chefe? «Onde quer que uma revolução encarne nos factos e nas ideias, tornou-se inatacável: há que a aceitar como realidade positiva» — disse Balzac. Tal sucedeu em Portugal, onde uma revolução — da ordem, para variar — se levou a efeito sem quebras nem carnificinas».

«Portugal — é a conclusão do General de Benouville — não é um país rico mas já ninguém o pode ter por miserável. A moeda, desde que foi equilibrado o orçamento pelo actual Presidente do Conselho, tornou-se uma das mais estáveis do mundo. Ela não oferece dificuldades de câmbio, e o custo de vida pouco varia. Advém daí para esse homem dedicado ao bem comum o sentido reconhecimento da Nação».

